

## UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A TEMÁTICA REGIONAL

### A HISTORIOGRAPHIC REVIEW ON REGIONAL THEMATIC

Cleiane Maria Moretto\*

**Resumo:** Sendo a História Regional um conceito ainda em construção, inclusive com o aporte de outras ciências, se torna uma abordagem importante para a historiografia. Dentro dessa dinâmica, esse artigo busca contemplar discussões acerca da temática regional, através da contribuição de autores que procuram analisar e sistematizar ideias a fim de colaborar com a metodologia de estudos que envolvem o assunto. Primeiramente, o texto procura esclarecer conceitos amplos e de grande relevância na compreensão do tema, a partir das ideias de José D'Assunção Barros, que discorre conceitos como tempo e espaço em sentido mais abrangente, buscando na interdisciplinaridade elucidar em relação a temática da História Regional, possíveis a partir do surgimento da Nova História. O artigo é complementado com argumentos de outros autores que analisam essa questão, como Maria Rosa Carbonari e Dení Bajaras, duas pesquisadoras que vivenciaram em suas pesquisas casos específicos onde sentiram a necessidade de se aprofundar no conceito de região, assim como outros pesquisadores que trazem ideias suplementares, com a finalidade de explorar a temática consoante à necessidade de se ampliar os objetos de estudos no âmbito regional, valorizando as peculiaridades que o mesmo pode proporcionar. Através deste estudo, pretende-se refletir a respeito da importância do conhecimento do assunto, pois trata-se de um tipo de abordagem que possui rigor teórico e metodológico e que engrandece o estudo do historiador.

**Palavras-chave:** Região; História Regional; Historiografia; Espaço; Interdisciplinaridade.

**Abstract:** Being Regional History a concept still under construction, including with the contribution of other sciences, it becomes an important approach to historiography. Within this dynamic, this article seeks to contemplate discussions about the regional theme, through the contribution of authors who seek to analyze and systematize ideas in order to collaborate with the methodology of studies that involve the subject. Firstly, the text seeks to clarify broad and highly relevant concepts in the understanding of the theme, based on the ideas of José D'Assunção Barros, which discusses concepts such as time and space in a broader sense, seeking interdisciplinary elucidations in relation to the history theme Regional, possible from the emergence of the New History. The article is complemented by arguments of other authors who analyze this question, such as Maria Rosa Carbonari and Dení Bajaras, two researchers who experienced in their research specific cases where they felt the need to deepen the concept of region, as well as other researchers who bring ideas With the purpose of exploring the theme according

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – UPF. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Passo Fundo (2010). Áreas de interesse: História Regional; Historiografia; Memória e Patrimônio; Patrimônio Cultural; e-mail: arq.cleiane@hotmail.com

to the need to expand the objects of studies in the regional scope, valuing the peculiarities that it can provide. The purpose of this study is to reflect on the importance of the knowledge of the subject, because it is a type of approach that has theoretical and methodological rigor and that enhances the study of the historian.

**Keywords:** Region, Regional History, Historiography; Space; Interdisciplinarity.

### **Considerações Iniciais**

O estudo de História Regional, definição que frequentemente não ultrapassa somente as fronteiras cartográficas, mas também recortes políticos e administrativos, passou a ter destaque a partir do final da década de 1980, em acordo com a renovação historiográfica fruto do movimento da Escola de Annales, nomeada Nova História, a qual permitiu a ampliação dos campos e territórios do historiador. A partir dessa data, passaram a surgir trabalhos mais sistematizados relacionados ao tema e uma diversificação no conceito de fontes históricas, bem como uma dinamização no objeto de estudo do pesquisador.

De acordo com Barros:

Quando se diz que “a História é o estudo do homem no tempo” rompe-se com a ideia de que a História deve examinar apenas e necessariamente o Passado. O que ela estuda na verdade são as ações e transformações humanas (ou permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto. Tem-se aqui o estudo de certos processos que se referem à vida humana numa *diacronia* – isto é, no decurso de uma passagem pelo tempo – ou que se relacionam de outras maneiras, mas sempre muito intensamente, com uma ideia de “temporalidade” que se torna central neste tipo de estudo (2005, P. 96). Grifo do autor

Segundo o autor, a História deixa de considerar apenas o estudo do passado humano, dando enfoque para as ações do homem no tempo, as quais podem ser intervenções, condutas, transformações, comportamentos, práticas, etc. Tais avanços das Ciências Humanas foram decisivos para a expansão da historiografia, que de acordo com o autor, estudam o maior dos domínios da História que seria o tempo presente, com o objetivo de perceber como o momento presente é afetado por certos processos que se desenvolvem na passagem do tempo, incluindo as temporalidades imaginárias da

memória ou da ficção. Ainda concluindo essa noção, “as ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social” (BARROS, 2005, P. 96-97).

O presente tema, acompanhado de debates e questionamentos, apresenta uma pluralidade de questões ideológicas, políticas e geográficas que as envolvem. Nesse sentido são coerentes as observações de Ana Luiza Reckziegel: “Os estudos históricos com o recorte regional são, assim, manifestações de um tempo que recusa as ditas *concepções hegemônicas*, tentando resgatar as particularidades e especificidades locais como maneira de confirmar ou refutar as grandes sínteses até agora como válidas para todas as realidades históricas” (1999. P. 21). Grifo do autor

Tendo em vista tais elementos, imprescindíveis na compreensão da História Regional, que se detém a estudar o contexto histórico de determinado espaço, tomando-o como delimitação para o objeto de estudo, e assim possibilitando novos estudos e novas abordagens dentro do campo de pesquisa, se faz pertinente a presente discussão.

### **Analisando conceitos abrangentes**

Quando o historiador investiga qualquer problema histórico, precisa ter consigo alguns parâmetros essenciais que configuram a realidade histórica, e que de maneira simultânea irão configurar o acontecer histórico, os quais, de acordo com Petersen e Lovato são: “o *tempo*, ou seja, sua duração; o *espaço*, o raio de sua existência; a *estrutura*, o conjunto de relações de um determinado sistema; e o *sujeito*, aquele que pratica as ações” (PETERSEN, 2013, P. 230). Grifo do autor

Uma ideia muito comum, que provém ainda da historiografia tradicional, descendente ainda do estruturalismo positivista, é de que o tempo é uma linha contínua e homogênea, ao longo do qual os acontecimentos se “distribuem”. Essa noção, já desmistificada pela nova abordagem, resultante da Nova História, se estende à perspectiva de que o historiador não pode mais se contentar com um ponto de vista meramente cronológico do tempo. Para Petersen, o tempo é a realidade social: “a

realidade do tempo é uma só; o que varia é a percepção sensorial do tempo, de sua duração, pelos homens” (2013, P. 231).

O entendimento do conceito de espaço também se torna fundamental nesse estudo. De acordo com Petersen:

(...) embora geralmente seja entendido como um “espaço geográfico”, é mais que isso, é a distância física (ou simbólica, ou temporal), variável, que se coloca entre aqueles que participam de um determinado ordenamento social. Assim, tanto é espaço o território de um país como o espaço conquistado pela mulher na sociedade ou o “pedaço”, um espaço que corresponde a uma determinada rede de relações sociais e cujo pertencimento implica regras de convivência e de lealdade. Em todos os casos, o espaço é uma *construção social* (2013, P. 239). Grifo do autor

Do mesmo modo que ocorre com o conceito de tempo, se distorce a noção de espaço, frequentemente concebida como um dado, dispersando a existência de uma operação social por trás desse tempo e desse espaço, a qual produz a construção e a representação dos mesmos.

### **História Regional: Definições e abordagens**

Ao falarmos de História Regional, estamos nos referindo à forma de abordagem que o historiador faz do seu objeto de estudo, recortando determinado espaço a ser estudado. De acordo com essa percepção, o sentido de espaço deve ser compreendido de maneira mais ampla, considerando a interdisciplinaridade entre a História e a Geografia: “o espaço pode ser abordado como uma área indeterminada que existe previamente na materialidade física” (BARROS, 2005, p. 98) e, neste caso, ainda não estão sendo consideradas as noções de ‘espaço social’, de ‘espaço imaginário’ e de ‘espaço literário’. Para complementar essa ideia, Barros apresenta:

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. (2004, P. 152)

Visto a colocação de Barros acima, compete ao historiador definir e organizar suas convicções, justificando assim o seu recorte. É o problema a ser analisado que permite apontar a sua configuração. Ao se apropriar dos discursos, o historiador elege as fontes primárias e estabelece territórios e define espaços.

(...) de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial). (BARROS, 2004, P. 153)

Maria Rosa Carbonari, pesquisadora do Centro de *Investigaciones Historicas*, na Área de História Regional do Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas de Rio Cuarto, em Córdoba, na Argentina, analisa debates e acontecimentos que repercutiram fortemente na compreensão do conceito e representação de região, principalmente após o tema História Regional explodir nas academias, quando houve o interesse de formular uma história total.

(...) Por ello surgía como crítica a esa historia que no incluía o que minimizaba particularidades espaciales que quedaban desdibujadas detrás de la construcción política, es decir se pretendía hacer coincidir la historia con la territorialidad de la jurisdicción estatal. El abandono del postulado de una historia total, concomitante a lo que dio en llamarse crisis del paradigma científico, o “pesimismo epistemológico”, repercutió fuertemente en el entendimiento del concepto y la representatividad de la región como parte del constructo de esa historia total, a la que le interesaba el caso solo para contrastar (CABONARI, 2009, P. 21).

Em seu texto, Cabonari busca inicialmente compreender Região, para depois relatar como foi a construção da história regional com base científica no Funcional-estruturalismo e marxismo estruturalista (forte influência na história econômica) e como a crise de paradigma científico impactou nos estudos históricos regionais.

La necesidad de construir representaciones teóricas explicativas, independientemente de las realidades en estudio, de conceptualizar, pero fundamentalmente de incluir el espacio regional en la explicación macroteórica, promovieron la elaboración de categorías de comprensión que posibilitasen contemplar lo empírico en “fenómenos recurrentes, de

regularidades, de ciclos y de procesos de interrelación” (HEREDIA, 1987, p. 17 *apud* CARBONARI, 2009, P. 23).

A autora complementa o ponto de vista que vem sendo apresentado, ponderando que com o surgimento do estudo das ciências sociais, a preocupação com região, que vinha pertencendo ao ramo da geografia, normalmente referindo-se a espacialidade, passou a incluir novas referências. Até então seu conceito consistia na ideia de algo menor em relação a algo maior.

Através da pesquisa historiográfica sobre a região do Rio Cuarto no sul de Córdoba na Argentina, Carbonari se permitiu observar uma tendência localista, fato que de certa forma foi desprezado pelos historiadores locais. Notou-se que os escritos sobre o Rio Cuarto retratavam a história urbana, mas também a história de uma região menor. Ao analisar o caso, enxergou-se a necessidade de construir essa História Regional.

### **A relação entre a ação humana e as transformações da paisagem no âmbito da História Regional**

Outrora o termo Região vinha sendo compreendido como um componente físico da natureza, de acordo com fatores climáticos e geomorfológicos. Posteriormente, críticas de oposição se estabeleceram, argumentando que a região também seria resultado da interferência humana. Evidenciou-se que a ação do homem modificava paisagens e isso deu partida à uma primeira explicação sobre História Regional. Esse intercâmbio disciplinar possibilitou reconhecer que tudo tinha o seu espaço na história, mas que também toda a história é incorporada em um determinado espaço. Cada região foi interpretada como uma singularidade, e portanto não poderia ser generalizada, mas tinha importância para reconhecer e comparar ao todo. A partir desses estudos, histórias nacionais acabaram se tornando meras histórias de um lugar especial, histórias regionais com pretensão de ser história nacional (CARBONARI, 2009, P.21).

Complementando essa análise, Barros similarmente afirma que a interdisciplinaridade entre a História e a Geografia é estabelecida. Foi a partir desta noção fundadora que, na Geografia tradicional, começaram a emergir outras categorias como a de “paisagem”, de “território” e de “Região” – noções de que logo os

historiadores começariam a se apropriar para seus próprios fins (2005, P. 98). Sobre a importante noção de “paisagem”, Barros estabelece:

Para a Geografia, uma paisagem é uma associação típica de características geográficas concretas que se dão numa região – ou numa extensão específica do espaço físico – e constitui um determinado padrão visual que se forma a partir destas características que a singularizam (pensemos na paisagem de um Deserto, de uma Floresta, ou de uma Cidade). Podemos falar de uma “paisagem natural”, mas também de uma “paisagem cultural” – esta última dando a perceber as interferências do homem que acabam por imprimir-se na fisionomia de um determinado espaço conferindo-lhe uma nova singularidade (BARROS, 2005, p. 99).

De acordo com o autor, as paisagens também não se limitam à formulações apenas na esfera da Geografia, mas podem inclusive reproduzir questões sociais, políticas, culturais, entre tantas outras. Uma montanha ou um rio pode impor limites e caminhos, até uma zona climática pode estabelecer regras, e a paisagem pode ou não, ter a interferência do homem.

Na superfície do globo terrestre, formam-se nações, e dentro delas estados, províncias, unidades administrativas, comarcas, cidades. Todas estas divisões foram criadas pelo homem, e acabam por se superpor de um modo ou de outro às divisões impostas naturalmente, ou também por interagir com as paisagens que podem ser percebidas de diversas maneiras (BARROS, 2005, P. 101).

Desta forma, os aspectos físicos e os aspectos políticos corretamente articulados acabam por vir à tona mais facilmente quando se pensa em considerar a espacialidade.

Mas, como sempre frisamos, estes aspectos podem não ser os mais importantes em função de uma determinada análise da realidade a ser empreendida, seja esta uma análise histórica, geográfica, sociológica, ou antropológica (BARROS, 2005, P. 101).

Como vemos, as regiões naturais, constituídas por rios, montanhas, caminhos, limites naturais e ausentes de ação humana, por si só não podem delimitar uma região. Os aspectos físicos e políticos combinados reordenam esse espaço geográfico, o que demonstra uma necessidade de dialogar tempo com espaço. Mais ainda que isso, a imposição de considerar a relação entre o Homem e o Espaço para definir uma região.

Dení Bajaras, pesquisadora e professora do Instituto de *Investigaciones Historicas* da Universidade Micoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia Michoacán, no México, por outro lado, coloca que adotar regionalizações a priori, elaboradas a partir da geografia, traz o risco de assumir uma região a partir de características estáticas e predeterminadas pela natureza (BAJARAS, 2009, P.8). Mas ao considerar juntamente a história e reflexões sobre o espaço em estudo, os resultados podem ser muito melhores.

A relação entre geografia e história também faz pensar em história ambiental, para as quais, em muitos casos, é necessário o conceito de região, especialmente se o fator a considerar é o impacto ambiental (pensar de onde a drenagem intencional de lagos e do impacto da construção da barragem é estudada, por exemplo) (Cf. BAJARAS, 2009).

### **Espaços e paisagens em sentido amplo**

A fim de complementar a compreensão sobre as mudanças no modo de ver a História, Barros acrescenta o termo “espaço imaginário”:

(...) Mas com a expansão dos domínios históricos que começou a se verificar no último século, este Espaço também pode ser perfeitamente um “espaço imaginário” (o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura), e adivinha-se que em um momento que não deve estar muito distante os historiadores estarão também estudando o “espaço virtual”, produzido através da comunicação virtual ou da tecnologia artificial (2005, P. 97).

O autor indica que além do espaço criado no imaginário, ainda se pode esperar, que em um futuro próximo, ouçamos falar em uma modalidade de História Virtual na qual poderão ser examinadas as relações que se estabelecem nos espaços sociais artificialmente criados nos chats da Internet, por exemplo, na espacialidade imaginária das webpages ou das simulações informáticas, ou mesmo no espaço de comunicação quase instantânea dos correios eletrônicos – estas futuras fontes históricas com as quais também terão de lidar os historiadores do amanhã (2005, P. 97).

(...) Mas, por hora, consideraremos apenas o Espaço nos seus sentidos tradicionais: como lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais, ou como realidade que se vê estabelecida



imaginariamente em resposta aos dois fatores anteriores (BARROS, 2005, P. 97).

De acordo com o autor, existem espaços delimitados no âmbito fictício, através das relações sociais que podem ser estabelecidas. O conceito de imaginário, sabiamente interpretado por Jacques Le Goff a partir de seus estudos Medievais, expandiu uma diversidade de caminhos temáticos e de possibilidades de fontes. Ao definir o imaginário de maneira complexa, mas ao mesmo tempo atento às circunstâncias históricas, Le Goff o trata simultaneamente como uma instância que se abre à multiplicidade e à transformação (BARROS, 2016, P.5).

“Essas imagens não se restringem às que se configuram na produção iconográfica e artística: englobam também o universo das imagens mentais. E se é verdade não haver pensamento sem imagem, tampouco deveremos deixar-nos afogar no oceano de um psiquismo sem limites. As imagens que interessam ao historiador são imagens coletivas, amassadas pelas vicissitudes da história, e que se formam, modificam-se, transformam-se. Exprimem-se em palavras e em temas” (LE GOFF, *apud* BARROS, 2016, P.5).

Essa concepção de Le Goff sobre o imaginário, transcrita do “Prefácio à 1ª Edição” de “O Imaginário Medieval” editado em 1985, busca fundamentar dentro do “campo do imaginário”, a noção de “representação”, as relações do imaginário com o “simbólico” e com o “ideológico”, as especificidades dos documentos mais apropriados ao estudo do Imaginário, e, novamente, a noção de “imagem” – fundadora por desdobramento do próprio conceito de “imaginário” (BARROS, 2016, P.5).

A maioria das monografias derivadas da Escola dos Annales apresentava uma prévia introdução Geográfica, depois vindo a História, a organização social e as ações do homem. As regiões vinham definidas previamente, como que estabelecidas de uma vez por todas, e bastava o historiador ou o geógrafo escolher a sua para depois trabalhar nela as problematizações específicas (BARROS, 2009, P. 109). Foram muitas as críticas a este modelo, as quais faziam parte da crise no paradigma estruturalista. Um geógrafo importante para a discussão do espaço, citado por Barros em seu texto foi Claude Raffestin, que faz uma distinção bastante oportuna entre “espaço” e “território”. Segundo esse autor, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço”.

‘Local’ de possibilidades, [o espaço] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento (RAFFESTIN, 1993, p. 144 *apud* BARROS, 2005, P. 112).

Dessa forma, se estabelece que usar alguma forma de representação para demarcar um território como espaço de poder, domínio, o que nada mais é do que o estabelecimento das fronteiras entre os estados. No presente, os homens se apropriam, definem e redefinem o território. Uma plantação, por exemplo, em uma determinada área, é uma nova territorialização, por consequência, uma nova paisagem, que produz culturalmente e gera controle e poder.

[...] A vida humana é eterno devir de territórios de longa e curta duração, que se superpõem e se entrecruzam ao sabor das relações sociais, das práticas e representações. E, sob certo ângulo, a História Política é o estudo deste infundável devir de territorialidades que se constituem a partir dos espaços físicos, mas também dos espaços sociais, culturais e imaginários (BARROS, 2005, P. 114).

De acordo com a citação acima, entende-se que os territórios podem ser de maiores ou menores durações, de acordo com qual for a relação social, a sua prática ou a representação do espaço.

Milton Santos (1974), trazendo uma nova proposta dentro da *Geografia nova*, aborda a questão do materialismo dialético, onde o espaço humano é, em qualquer período histórico, resultado de uma produção. Segundo ele, “o homem, que devido à sua própria materialidade física é ele mesmo espaço preenchido com o próprio corpo, além de ser espaço também está no espaço e produz espaço” (BARROS, 2005, P. 114). Essa produção estabelece território e redefine espaços, exercendo poder, impondo sentido e

controle sobre o espaço e também sobre o tempo. A própria narrativa dos historiadores pode transformar os espaços:

(...) O historiador trabalha com territorialidades superpostas em sua operação historiográfica. Em seu esforço de apreensão historiográfica, ele deve se empenhar em perceber as territorialidades que as relações sociais por ele estudadas produziam à sua época, mas a verdade é que – para além destas territorialidades históricas – ele deverá superpor a sua própria territorialidade historiográfica. O historiador não é apenas alguém que percebe os poderes e controles que os homens de determinada época estabeleciam sobre o espaço, ele mesmo é também criador de um território, na medida em que ao recortar um objeto de conhecimento estabelece um espaço de poder e de controle através do seu próprio discurso historiográfico (BARROS, 2005, P. 115).

Fica claro portanto, que quando o historiador elabora a História, ele deve se ater aos recortes que forem definidores daquele fragmento da História. Através das fontes, ele deverá delimitar o “tempo”, o “espaço” e o “problema” a ser examinado. É o problema a ser estudado que define esses recortes, e não ao contrário, como já seria pré-estabelecido utilizando-se das antigas concepções de região, portanto essa nova metodologia contribui positivamente para os estudos regionais.

### **Outras dinâmicas dentro da temática Regional**

A questão da economia, assim como a espacial, também possui relevância nos estudos da História Regional:

A grandes rasgos estos modelos funcional estructuralistas (braudeliano y de Chevalier) y marxista compartían ciertos principios científicos: el hacer historia total, el considerar a la historia económica como fundamental y el preocuparse por la comparación. Con esos postulados, la región, como categoría científica, consistía en hipótesis a verificar, comprobar o refutar. En cuanto más determinista y estructurado fuera el modelo, la región asumía la perspectiva de ser un mero ejemplo de la totalidad (CARBONARI, 2009, P. 26).

Dení Bajaras também salienta a respeito do impasse econômico na delimitação do recorte, descrevendo outro caso que tem merecido uma conceituação do regional, mas que veio a ele de uma maneira diferente, que é a relação ou influência rural-urbana

de uma cidade em um vasto território com o qual mantém relações de interdependência social e econômica. Ela acrescenta ainda a questão política:

En la historiografía que asume perspectivas regionales ha habido también el interés por abordar problemas y procesos de orden político que tienen que ver con la aplicación de medidas y reglamentos de gran alcance, con reacciones y movilizaciones, con procesos revolucionarios, con las características de la población y su relación con líderes, caudillos, caciques, etc. En varios de esos casos estudiados las regiones han quedado definidas por las características y amplitud territorial de los movimientos sociales y políticos y no por características geográficas, aunque indiscutiblemente éstas tuvieran que ver con el tipo de individuos que las habitaban, las formas de trabajo, las maneras de ejercer el dominio y el liderazgo, etc (BAJARAS, 2009, P. 9).

Correspondendo com a teoria do Marxismo, a geografia crítica também vem a entender a região como uma espacialidade de relações econômicas, de acordo com diferentes apropriações do espaço e seus mecanismos de produção em decorrer do tempo. As regiões não se explicam por tipologias mas sim por processos que ocorrem historicamente e se vinculam à expansão do capitalismo que reordena os espaços. A região se caracteriza por uma natureza transformada por heranças culturais e materiais e por uma determinada estrutura social com suas próprias contradições. O espaço regional portanto, não é um espaço fixo, mas sim um espaço social com conjuntos heterogêneos em uma contínua interação (CARBONARI, 2009, P.28).

De ese modo, la región, como entidad concreta, se concibe como resultante de múltiples determinaciones y se caracteriza por una naturaleza transformada por herencias culturales y materiales y por una determinada estructura social con sus propias contradicciones. Es particular en el sentido de una especificación de la totalidad espacial de la cual forma parte; es decir, es la realización de un proceso histórico general en un cuadro territorial menor, donde se combinan lo general y lo particular (CARBONARI, 2009, P. 28).

Para Carbonari, o espaço regional não se caracteriza como um espaço fixo, mas sim um espaço social com conjuntos heterogêneos em contínua interação. É o passado atuando sobre o presente e condicionando o futuro. Para ela, analisar o espaço nos implica a vê-lo como dinâmico, portanto como produto da História, mas ao mesmo tempo atuando sobre ela.

Nesse sentido, de acordo com Milton Santos (2014, P. 16), os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas, variáveis que se complementam e constituem um estudo das interações entre os diversos elementos do espaço. Segundo o autor, o estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise.

Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social (SANTOS, 2014, P. 18).

Verifica-se então, que são múltiplas as possibilidades de interação. Aliada à essa ideia, Dení Bajaras expõe que existem três problemas ligados a historiografia de perspectivas regionais: o regionalismo, ânsia pelo total e as dificuldades na ligação do regional com outras áreas (2009, P.10). A respeito do primeiro, pode-se definir como as ideias e sentimentos de identificação de uma ou várias populações sobre uma região podem se chocar ou se diferenciar, resultando até em problemas de discriminação ou intolerância. No segundo aspecto, o problema seria encarar que a perspectiva regional obriga a um conhecimento de todos os aspectos da sociedade. Na verdade o estudo histórico regional pode apenas iluminar problemas e evidenciar as particularidades, mas não tem a obrigação de contar toda a história. E sobre o último, a dificuldade de fazer relações entre o particular e o geral, argumenta que a análise viria do estabelecimento de particularidades regionais, não só em termos de o que caracteriza intrinsecamente, mas principalmente pela sua relação ou comparação com outras regiões do país ou do mundo (ele pode ter ambas as diferenças e semelhanças com eles). É, portanto, necessário neste tipo de estudo delinear suas conexões com outras regiões, com a nação e no mundo, pois é impossível existir em isolamento (Cf. BAJARAS, 2009).

### **Considerações Finais**

Como nos coloca Barros, “A delimitação de uma região a ser estudada pelo historiador não coincide necessariamente com um recorte administrativo ou estatal: pode ser definida por implicações culturais, antropológicas, econômicas, ou outras” (2005, P. 118). Visto isso, distingue-se mais uma vez que os limites regionais podem

ultrapassar outros tipos de fronteiras, e não apenas as geográficas, mas inclusive até as que delimitam o tempo (no âmbito da historiografia) e a cartografia tradicional.

As fontes utilizadas pelo historiador, de acordo com Barros (2005, P. 125-126), podem ser seriais, documentais, orais, etc. Esses arquivos nada mais são do que um “espaço”, “*territorializado*” pelo historiador (2005, P. 126). Grifo do autor

[...] Construir fontes é operar uma distribuição do espaço. Tal como assinala Michel de Certeau no conhecido texto em que descreve minuciosamente todas as implicações da operação historiográfica, “em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos antes distribuídos de outra maneira”. O historiador produz os seus documentos “mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto” (BARROS, 2005, p. 126)

É a partir desta operação (orientada pelo grande recorte no espaço físico, ou pelo recorte regional ou pelo recorte da série documental, ou simplesmente pela análise de uma única fonte) que o historiador deixa as suas marcas e as de sua própria sociedade, redefinindo de maneira sempre provisória este vasto e indeterminado espaço que é a própria História.

Rosa Maria Carbanari também finaliza seu texto contribuindo com o esclarecimento sobre o tema regional:

Sí mantiene una dialéctica entre lo general y lo particular, entre el contexto y la especificidad, pero en ese vínculo adquiere mayor fuerza explicativa lo particular. Esta forma de hacer historia regional invita a flexibilizar modelos, sean políticos o económicos o de estructuras mentales, y a replantear metodologías y técnicas de abordajes. Ello no quiere decir que se abandonen estas representaciones simplificadas generalizantes, sino que las complejizan y el péndulo de la balanza esta vez se inclina más a esa singularidad. Singularidad que se explica por una estructura compleja (CARBANARI, 2009, P. 32).

Os estudos mais aprofundados sobre região, também fizeram com que se percebesse que histórias que eram consideradas nacionais eram na verdade histórias de um lugar especial, histórias regionais. Carbonari também salienta sobre a micro-história, referindo que ela se remonta na tradição do historicismo e na matriz romântica, onde a cultura do povo expressa sua individualidade, com seus sentimentos, seus valores. Essa

micro-história também é diferente da história regional científica (CARBONARI, 2009, p.30).

Ao longo da análise de Carbonari sobre a região do Rio Cuarto, a autora sugere uma mudança de tema desde o econômico até o cultural. Também opina que investigações regionais foram se desprendendo de moldes rígidos e os contextos determinantes. Em resumo a autora avalia modelos e explicações e debate se devem ou não ser usados como modelos.

Dení Bajas tenta sistematizar algumas ideias sobre a historiografia regional que existe no México. A partir da análise das críticas que têm sido feitas e também da reavaliação de ideias e abordagens desenvolvidas por alguns dos seus praticantes. Tudo com o objetivo de melhorar a metodologia, algo sempre válido em todos os campos da história, com abordagens que podem ajudar a fortalecer esse estudo, que envolve certamente tentar esclarecer alguns conceitos, teorias e abordagens metodológicas utilizadas. Com esta abordagem sistemática, não se considera que os problemas acabem, mas em vez disso continuam o diálogo sobre esta forma de história que teve um desenvolvimento importante nas últimas três décadas do século XX, mas nos últimos tempos tem sido questionada seus pressupostos métodos.

José D'Assunção Barros expõe sobre as relações entre “espaço” e História. Os conceitos de espaço, região e território, debatidos no texto de Barros nos auxiliam a entender o que a História Regional representa, assim como a fundamental interdisciplinaridade entre História e Geografia.

Tais posicionamentos aqui expostos denotam que a temática regional possui uma expressiva complexidade, e que para ser estudada necessita esclarecimentos e conhecimento. Analisando os diversos estudos dos autores, é possível perceber que as mudanças provindas da Nova História abriram espaço para novas abordagens, assertivas para o campo das ciências sociais. É um assunto dinâmico e em contínua construção.

## **REFERÊNCIAS**

Revista Semina V. 15, N.º 2, 2016 – ISSN 1677-1001  
Artigo Recebido em 20/11/2016 - Aprovado em 02/02/2017

BAJARAS, Dení Trejo. La historia regional em México: reflexiones y experiencias sobre una práctica historiográfica. *História Unisinos*. 13(1): p. 5-18. Janeiro/Abril, 2009.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional* 10 (1): 95-129, Pág. 95-129, Verão, 2005.

BARROS, José D'Assunção. Jacques Le Goff – considerações sobre contribuição para a teoria da história: *Cadernos de História*, v. 14, n. 21 (2013).

BARROS, José D'Assunção. Jacques Le Goff – contribuições para a discussão conceitual e para as demandas teóricas da Nova História. *Revista Brathair*, 16 (1), 2016

BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

CARBONARI, Maria Rosa. De como explicar la región sin perderse em el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*. 13(1): p. 19-34. Janeiro/Abril, 2009

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Introdução ao estudo da História : temas e textos / Sílvia Regina Ferraz Petersen, Bárbara Hartung Lovato. – Porto Alegre : Edição do Autor, 2013.*

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *História regional dimensões teórico-conceituais. História Debates e Tendências*. PPGH: Ediupf, jun. 1999.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 5ª Ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.